

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RÂMBEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Avança a PEC
lesa-sociedade

Ao aprovar volta do quinquênio para casta do funcionalismo, CCJ do Senado vira as costas para o País e debocha das carências de milhões de brasileiros privados de uma vida digna

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que, obviamente, deveria zelar pela higidez constitucional das matérias que aprecia, acaba de avalar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que atenta contra um dos princípios mais mezinhos do regime republicano inscrito na Lei Maior: a igualdade de todos perante a lei, sem privilégios de qualquer natureza. Trata-se da PEC 10/2023, apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a fim de resgatar a excrecência

do quinquênio – um aumento automático de 5% nos salários de algumas categorias do serviço público a cada cinco anos de trabalho.

A PEC 10/2023 é degenerada na origem. A concessão dessa gratificação salarial cumulativa aos servidores das chamadas carreiras jurídicas – que já compõem, é bom lembrar, a elite do funcionalismo no Brasil – é mais um privilégio absolutamente incompatível com a noção mais elementar que alguém possa ter de República. Ademais, está-se diante de uma imoralidade em um país onde metade da popula-

ção ainda não tem acesso a esgoto sanitário em pleno século 21 e onde quase metade das crianças vive em situação de pobreza, condenadas, portanto, a um futuro nada auspicioso.

Porém, mesmo que o Brasil fosse um país rico e a maioria de sua população desfrutasse de uma qualidade de vida de país nórdico, o pagamento de quinquênio para uma casta de servidores – magistrados, membros do Ministério Público, da Advocacia Pública da União, Estados e municípios, delegados da Polícia Federal e servidores dos Tribunais de Contas – seguiria como o acinte à moralidade pública que é. Ao chancelar essa PEC lesa-sociedade, que seguiu para o plenário, a CCJ do Senado virou as costas para o País e debochou das carências de milhões de brasileiros privados de uma vida digna.

O nível da discussão na CCJ demonstrou que seus membros parecem crer que o Poder Legislativo por vezes deve trabalhar para colocar o Estado a serviço da casta de servidores, e não da sociedade. O relator da PEC 10/2023 no colegiado, senador Eduardo Gomes (PL-TO), chegou ao cinismo, não há outra maneira de dizê-lo, ao defender a volta do quinquênio. “A gente precisa gastar melhor o dinheiro público”, afirmou o sr. Gomes, “e talvez gastar melhor signifique gastar com os bons funcionários públicos.”

Além de cínico, o argumento do relator é falacioso. Afinal, o que os servidores das carreiras jurídicas terão de fazer para merecer o incremento de 5% em seus vencimentos a cada cinco anos? Rigorosamente nada. Ao

que parece, o único requisito é ter sido aprovado em concurso público. E não se pode nem dizer que eles deverão permanecer na carreira, pois o quinquênio também valerá, caso a PEC seja promulgada, para os servidores já aposentados.

A guisa de justificação, Pacheco alega que é preciso transformar as carreiras jurídicas públicas em algo mais “atrativo”, tanto para “os jovens operadores do direito” como para os que já estão “no fim de suas carreiras”. Entende-se a necessidade de progressão salarial, mas não é disso que se trata. As carreiras jurídicas públicas já são atrativas, como demonstra a acirrada disputa por vagas a cada concurso público. E o são justamente porque compõem a parcela mais bem remunerada não apenas do serviço público, mas do País.

Os defensores dos privilégios para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, entre outros, alegam desproporção salarial em relação às carreiras jurídicas na iniciativa privada. Contudo, com boa dose de malícia, só enxergam os milhões de reais que poucas bancas conseguem amealhar, e não a massa de advogados que batem ponto nos fóruns Brasil afora para ganhar, em média, nem um terço do que ganha um juiz em início de carreira.

Para adicionar insulto à injúria, o quinquênio ainda seria pago a título de indenização, e não remuneração, de modo a não incidir sobre o teto constitucional do funcionalismo público. Eis uma breve aula acerca dos percalços de uma República que há quase 135 anos luta para se afirmar como tal. ●

Teste de
realidade

As pressões de sindicatos e movimentos sociais sobre o governo são cada vez maiores, o que exige uma habilidade política que Lula da Silva não parece demonstrar no momento

Liderado por um ex-paredista, o governo federal está enfrentando o duro teste de realidade de quem prometeu atender demandas praticamente impossíveis de cumprir, sobretudo diante dos companheiros de sindicatos e de movimentos sociais que equiparam a eleição de Lula da Silva à volta do messias. Passados mais de 15 meses de mandato, as pressões são evidentes, e o governo parece mais atônito do que nunca nas suas respostas.

Fazendo jus à sua vocação para emparedar governos, especialmente governos lulopetistas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) puxa o grito das gralhas, com sua tradicional sequência de invasões e delitos a que chama de “Abril Verme-

lho”. Enquanto o governo anunciava o Programa Terra da Gente, destinado a acelerar assentamentos, o bando invadia propriedades privadas e públicas em pelo menos 11 unidades da Federação, incluindo áreas de pesquisa da Embrapa e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), ambas ligadas ao Ministério da Agricultura. Por afinidade ideológica ou pela esquizofrenia moral do governo, a truculência habitual foi premiada mais uma vez.

Enquanto isso, a paralisação dos profissionais do meio ambiente ameaça, desde janeiro, a fiscalização ambiental e a emissão de licenças para obras de infraestrutura suspensas. Uma bomba-relógio com perigo iminente para o que se imagina ser estratégia do governo Lula para o País, isto é, a economia e

o meio ambiente. Antes, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho – uma espécie conhecida (e não rara em governos do PT) de “ministro dos sindicatos” –, defendeu distorções em favor dos privilégios das guildas. Primeiro, Marinho tentou arruinar a reforma trabalhista, com mudanças que feririam de morte a modernização da legislação implementada no governo Temer; depois, seguiu numa ofensiva atabalhoada em nome do projeto de lei que cria direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos.

Agora professores de universidades e institutos federais entraram em greve reivindicando reajuste salarial, reestruturação de carreira e equiparação dos benefícios dos servidores públicos federais àqueles concedidos ao Legislativo e Judiciário. O diálogo aberto com o governo não freou o ímpeto da categoria para suspender as aulas. Trata-se de uma iniciativa que, como se sabe, prejudica tão somente os alunos e o País, como bem resumiu o ministro da Educação, Camilo Santana – aliás, um dos raríssimos exemplos de condenação pública de uma autoridade petista a um movimento grevista. Servidores técnico-administrativos de institutos federais já estão em greve desde março, pedindo a revogação de diversas iniciativas de governos anteriores, ao pregar inclusive uma contrarreforma da Previdência Social.

Não satisfeito, o partido do presi-

dente tem reforçado as pressões ao liderar a sabotagem ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para os petistas, certamente não sem o aval de Lula, Haddad erra ao se esforçar pelo elemento: a responsabilidade das contas públicas. Um esforço vão, como se viu na revisão da meta fiscal para este ano. No pensamento rupestre lulopetista, as lições dos governos anteriores de Lula e Dilma Rousseff devem ser revogadas e substituídas pelo raciocínio torto e reconhecidamente ineficaz segundo o qual é gastando mais que se cresce.

Pressões de toda ordem fazem parte da rotina de governos, à esquerda e à direita, responsáveis ou populistas. Sobre tudo quando demandas ficaram repressadas durante quatro anos, como foi o caso do governo de Jair Bolsonaro, marcado por arrocho salarial e absoluta ausência de diálogo. O problema das pressões atuais é que exigem uma habilidade política que Lula não parece demonstrar no momento. Ele e seus ministros vêm se desequilibrando num perigoso pêndulo – ou a dificuldade de atender as demandas ou a tentação de atendê-las em demasia.

Seus efeitos são trágicos e conhecidos: desarranjos institucionais, greves, invasões de terra e a arcaia movida da instabilidade e do risco permanentes. Uma tentação adicional para abrir os cofres onde não há espaço para concessões. ●